

• Introdução •

Ameaças ou oportunidades?*

Este livro é um relato do campo de batalha – do campo em que travamos uma luta para encontrar formas novas e adequadas de pensar *em, sobre e para* o mundo em que vivemos, e de fazer o mesmo em relação a nossas vidas neste mundo.

O esforço para compreender o mundo – este mundo, aqui e agora, em aparência familiar, mas que não nos poupa de surpresas, negando hoje o que ontem sugeria ser verdade, oferecendo poucas garantias de que aquilo que consideramos verdadeiro ao entardecer de hoje não será refutado amanhã, ao nascer do sol – é de fato uma luta. Uma luta, pode-se dizer, árdua – sem dúvida uma empreitada assustadora e permanente –, para sempre inacabada. A vitória final nessa guerra continua obstinadamente para além do horizonte. E, de forma vergonhosa, a esperança de se alcançar alguma compreensão do mundo parece ainda mais inexequível agora do que num passado não tão distante assim – como as pessoas mais velhas se lembrarão e as mais jovens acharão difícil de imaginar.

Se a vida parece se mover rápido demais para que a maioria de nós consiga acompanhar suas idas e vindas, imagine se falás-

* Série de conferências proferidas no Instituto de Ciências Humanas de Viena, em 2008.

semos em antecipá-las. Planejar um curso de ação e se manter fiel ao plano, esta é uma empreitada cheia de riscos, porque a ideia de planejamento a longo prazo parece ser muito perigosa. Trajetórias de vida soam como se tivessem sido fatiadas em episódios; qualquer conexão entre os capítulos, para não mencionar as ligações causais, determinantes, só é perceptível (se é que isso é possível) em retrospecto. Preocupações e apreensões sobre o sentido e o destino da jornada são tão abundantes quanto os prazeres prometidos por este mundo cheio de surpresas, esta vida pontuada de “novos começos”.

Nosso desafio, uma vez lançados num cenário como este e obrigado a nele agir, não se torna mais fácil pelas “redes conceituais” que herdamos ou aprendemos a usar para apreender a fugaz realidade, nem pelos vocabulários a que em geral recorremos para relatar nossas descobertas. Tantos conceitos e tantas palavras planejadas para transmitir a nós mesmos e aos outros os significados que depreendemos hoje se mostram inadequados para seu propósito. Precisamos desesperadamente de um novo quadro que acomode e organize nossas experiências, permitindo perceber sua lógica e ler sua mensagem, até agora ocultas, ilegíveis ou suscetíveis de leituras errôneas.

Neste livro, sugiro uma tentativa preliminar e experimental de montar esse quadro. Não posso fingir que seja algo mais que um “memorial de carreira”, nada além de uma tentativa de captar a forma de um mundo em movimento, um universo que, de forma enervante, muda mais depressa que nossa capacidade – nossos modos de pensar e falar sobre ele – de nos adaptar. Em vez de sugerir soluções para nossos dilemas, apresento-me aqui a pergunta de como eles tendem a ser moldados (por que tipo de experiência), onde se encontram suas raízes e que questões precisam ser formuladas se quisermos desencavá-las.

Minha ambição é apenas ajudar a mim mesmo e a meus leitores a afiar nossas *ferramentas* cognitivas comuns. Aperfeiçoar os *produtos* cognitivos é um esforço que pode permanecer individualizado, do tipo faça você mesmo. Sem dúvida, é verdade que, seja grande ou pequeno, o apuro em nosso pensamento sobre o

mundo vivido não será suficiente para assegurar a realização da esperança de melhorar este mundo e nossas vidas nele; embora não seja menos verdade que, sem tais melhorias, essa esperança não poderá sobreviver.

Apenas para esclarecer o que essa sugerida reformulação de nosso quadro cognitivo implicaria e que obstáculos é provável enfrentar no percurso, paremos para dar uma olhada na aventura intelectual de um grupo de pesquisadores da Sociedade Zoológica de Londres, que foi ao Panamá estudar a vida social das vespas locais. O grupo viajou equipado com tecnologia de ponta, utilizada ao longo de seis mil horas para acompanhar e monitorar os movimentos de 422 vespas de 33 ninhos.¹ Pois o que os pesquisadores descobriram derrubou estereótipos de séculos a respeito dos hábitos dos insetos sociais.

Na verdade, desde que o termo “insetos sociais” (categoria que abrange abelhas, cupins, formigas e vespas) foi cunhado e popularizado, tanto os zoólogos universitários quanto o público leigo compartilharam uma firme crença, poucas vezes questionada: a “sociabilidade” dos insetos é restrita ao ninho a que pertencem, no qual nasceram e para onde levam os despojos de suas regulares investidas em busca do alimento a ser compartilhado com os demais habitantes da colônia. A possibilidade de algumas abelhas ou vespas trabalhadoras cruzarem os limites entre os ninhos, abandonar a colmeia *de nascimento* e se juntar a outra, uma colmeia *de escolha*, era vista (se é que isso alguma vez chegou a ser contemplado) como algo incongruente. Pelo contrário, tinha-se como axioma que os “nativos”, os naturais do local e, portanto, “legítimos” membros do ninho, prontamente perseguiriam os recém-chegados e os aniquilariam, caso se recusassem a fugir.

Como todos os axiomas, esse pressuposto jamais fora questionado ou verificado. De fato, do ponto de vista técnico, nem poderia ter sido: os equipamentos eletrônicos para marcar cada vespa tinham sido inventados havia muito pouco tempo. Mais importante, porém, é que, para começo de conversa, a ideia de

que era possível fazer o rastreamento do tráfego entre ninhos ou colmeias não ocorreu a ninguém – nem a pessoas comuns nem aos especialistas. Para os estudiosos, o pressuposto de que o instinto de socialização se restringia a “amigos e parentes”, em outras palavras, à “comunidade de nascimento e, *portanto*, de pertencimento”, era o mais racional. E, para as pessoas leigas, isso fazia sentido.

Assim, em vez de sugerir-se o questionamento, grande quantidade de energia e dinheiro para pesquisa foi dedicada à questão de como os insetos sociais localizam um estranho em seu meio. Eles o distinguiriam pela visão? Pelo som? Pelo cheiro? Por diminutas nuances de conduta? O problema intrigante era como os insetos conseguem realizar aquilo em que nós, seres humanos, com todas as nossas sofisticadas e inteligentes ferramentas e armas, somos apenas parcialmente bem-sucedidos – isto é, como eles mantêm as fronteiras da “comunidade” impermeáveis e conservam a separação entre “nativos” e “estrangeiros”, entre “nós” e “eles”.

Mas o que é aceito pela razão (em seu papel de autoridade suprema quando se trata de fazer julgamentos e reconhecê-los como indiscutíveis), assim como o que é considerado de “bom senso” (em seu papel de *doxa* ou paradigma), tende a mudar ao longo do tempo.² Muda ao mesmo tempo que a condição humana e os desafios por ela apresentados.

Todas ou a maioria das visões mantidas pela razão ou por bom senso tendem a ser *praxeomórficas*. Elas tomam forma em resposta às realidades “lá fora”, enxergadas pelo prisma das práticas humanas – o que os seres humanos realmente fazem, sabem fazer, são treinados e preparados para e dispostos a fazer. Projetos acadêmicos derivam de práticas leigas, uma vez que o temário *sociocultural*, ditado por problemas de convivência humana diária, é que define a relevância tópica de questões e sugere hipóteses que depois serão ou não confirmadas por projetos de pesquisa.

Estamos, portanto, autorizados a supor que, se nenhum esforço foi feito para testar um conhecimento transmitido pela sabedoria popular, não é tanto por falta de instrumentos de pes-

quisa; é pela ausência de suspeita de que o teste seja necessário porque a credibilidade daquele conhecimento comum estava em questão. Embora, na maior parte da história moderna, nada na visão de senso comum (nenhuma crença formada e reforçada todos os dias pela experiência comum) tenha lançado dúvidas sobre a “naturalidade” e a universalidade das limitações “inatas” na sociabilidade, a pesquisa aventureira da equipe da Sociedade Zoológica torna razoável supor que isso agora talvez não possa mais acontecer.

Ao contrário de tudo o que sabia (ou acreditou conhecer) havia séculos, a equipe de Londres descobriu no Panamá que uma razoável maioria (56%) de “vespas trabalhadoras” muda de ninho ao longo da vida, se desloca para outras colônias não apenas como visitantes temporárias e indesejadas, discriminadas e marginalizadas, sempre suspeitas e alvejadas pelo ressentimento; elas mudam-se como membros plenos e legítimos (fica-se tentando a dizer “de carteirinha”) da comunidade adotiva, recolhendo nutrientes, alimentando e preparando as ninhadas nativas da mesma maneira que as trabalhadoras locais. A conclusão inevitável é que os ninhos pesquisados pelos londrinos, em geral, eram “populações mistas”, nas quais vespas nativas e imigrantes viviam e trabalhavam lado a lado, ombro a ombro – tornando-se indistinguíveis umas das outras (pelo menos para os outsiders humanos), salvo com a ajuda de marcas eletrônicas.

O que a novidade do Panamá aponta, acima de tudo, é uma surpreendente reversão de perspectiva: crenças que até não muito tempo atrás eram imaginadas como reflexos do “estado de natureza” foram então reveladas, em retrospecto, como simples projeção, sobre os hábitos dos insetos, de preocupações e práticas dos próprios estudiosos humanos, demasiado humanos (embora sejam práticas de um tipo hoje em declínio e já ultrapassadas). Contudo, uma vez que os pesquisadores de uma nova geração levaram para a floresta do Panamá suas (e nossas) experiências práticas de vida, adquiridas e absorvidas em seu lar recém-tornado um universo multicultural de diásporas entrelaçadas, eles “descobriram” da maneira devida que a fluidez na adesão e a

perpétua mistura de populações são a *norma* também entre os insetos sociais; e uma norma aparentemente implementada de maneira “natural”, sem a ajuda de comissões legislativas, projetos de lei rapidamente postos em vigor, tribunais superiores ou campos de refugiados. Nesse caso, como em tantos outros, a natureza praxeomórfica da percepção humana do mundo impeliu os pesquisadores a encontrar lá fora, no mundo, o que aprenderam a fazer e faziam ali mesmo, em casa – e que todos nós carregamos em nossas cabeças ou em nosso inconsciente como imagem de como as coisas realmente são.

No confronto com as inesperadas evidências trazidas à tona pelos insetos sociais, algo produziu um estalo: as premonições intuitivas, semi ou inconscientes, eram articuladas entre si (ou, talvez, tenham articulado a si mesmas desse modo); em seguida, as intuições foram recicladas na forma de uma síntese alternativa daquela realidade diferente, que correspondia à novidade contida na própria realidade dos pesquisadores. Mas, para que essa reciclagem pudesse ter lugar, já devia haver uma acumulação de matéria-prima à espera de reciclagem.

“Como isso é possível?”, perguntaram-se os londrinos em sua viagem de pesquisa ao Panamá, num primeiro momento, mal acreditando nos resultados, tão diferentes eles eram do que seus professores lhes haviam ensinado. Então, eles começaram, de forma febril, a buscar uma explicação convincente para a conduta bizarra das vespas do Panamá.

Como seria de esperar, encontraram-na no celeiro de métodos testados e familiares de reciclar evidências anômalas e fazê-las se conformar à imagem de um mundo ordenado. Eles declararam que os recém-chegados que tivessem sido autorizados a se instalar no interior de colônias diferentes das originais “não eram verdadeiramente estrangeiros” – estranhos, sem dúvida, mas não tão estranhos quanto os outros, estranhos *genuínos*. Talvez eles tivessem se juntado a ninhos de vespas intimamente relacionadas – primos, quem sabe? De fato, essa explicação pode ter soado infalível para os pesquisadores humanos: parecia indiscutível, precisamente pelo fato de ser pleonástica. O direito

de parentes próximos a visitar e se instalar na casa da família era, para eles, desde tempos imemoriais, um direito de nascimento. Como todos nós sabemos, é exatamente isso que diferencia parentes próximos de todos os outros visitantes. Mas como saberíamos se as vespas estrangeiras eram parentes próximas das nativas? Bem, elas deviam ser, não deviam? Caso contrário, os nativos as teriam obrigado a ir embora ou as matado ali mesmo – *quod erat demonstrandum*, o raciocínio circular é infalível, mesmo que não seja exatamente lógico, e é por isso que muitos de nós inúmeras vezes recorremos a ele, não tanto para resolver problemas desconcertantes, mas para sermos absolvidos da obrigação de nos preocupar com eles.

O que os pesquisadores de Londres claramente esqueceram ou, por razões de conveniência, deixaram de mencionar é que levou um século ou mais de trabalho árduo, por vezes brandindo espadas, por outras com lavagem cerebral, para convencer prussianos, bávaros, badenianos, württemberguanos ou saxões (como é preciso agora convencer os *Ossis* e os *Wessis*, até pouco tempo atrás, respectivamente, alemães-ocidentais e alemães-orientais)* de que eles eram todos parentes próximos, primos ou mesmo irmãos, descendentes do mesmo antigo tronco, animados pelo mesmo espírito teutônico; e que, por isso, deviam se comportar como procedem os parentes próximos – ser hospitaleiros uns com os outros e cooperar na proteção mútua e na ampliação do bem comum.

De maneira similar, no caminho para o moderno Estado-nação centralizado e para a identificação entre nacionalidade e cidadania, a França revolucionária teve de incluir o slogan da *fraternité* nas conclamações dirigidas aos “locais” de todos os cantos – agora chamados *citoyens*. Dirigia-o a pessoas que raramente tinham lançado um olhar, muito menos chegado a

* *Wessi* e *Ossi*, abreviaturas de *Westerner* e *Easterner*, respectivamente “ocidental” e “oriental”; nomes informais dados na Alemanha pré-reunificação aos habitantes de cada lado do Muro. Ainda persistem para designar os antigos moradores dos lados oriental e ocidental, mas perderam sua força. Aqui, fizemos o plural acrescentando “s” no final das palavras. (N.T.)

viajar, além das fronteiras do Languedoc, de Poitou, Limousin, da Borgonha, Bretanha ou do Franco-Condado. *Fraternité*, fraternidade: todos os franceses são irmãos, por isso, por favor, comportem-se como irmãos, amem uns aos outros, ajudem-se e façam de toda a França seu lar comum, e das terras da França sua pátria comum. Nesse mesmo sentido, desde a época da Revolução Francesa, todos os movimentos empenhados em proselitismo, recrutamento, expansão e integração das populações dos reinos e ducados antes desunidos e mutuamente desconfiados adotariam o hábito de tratar seus atuais e potenciais convertidos como “irmãos” e “irmãs”. Ou, como qualquer antropólogo poderá dizer, *todas* as culturas conhecidas, em geral, ligam direitos e deveres individuais e normas de reciprocidade a áreas destacadas nos mapas mentais de parentesco, mesmo que o conteúdo substantivo desses direitos e deveres varie consideravelmente de uma cultura para outra, e essa variação constitua uma das principais razões para vê-las como culturas *diferentes*.

Para resumir uma longa história: a diferença entre os mapas cognitivos que as gerações mais velhas de entomologistas carregavam em suas cabeças e os adquiridos ou adotados pelos mais jovens reflete a passagem da fase de construção da nação na história dos Estados modernos para a fase multicultural de sua história; ou, de maneira mais geral, da modernidade “sólida” (centrada em consolidar e fortalecer o princípio da soberania territorial, exclusiva e indivisível, e em circunscrever territórios soberanos dentro de fronteiras impermeáveis) para a modernidade “líquida” (com suas fronteiras difusas e permeáveis, a irrefreável, embora lamentada, ressentida e até combatida, desvalorização das distâncias espaciais e da capacidade defensiva dos territórios, e o intenso tráfego humano por todas e quaisquer fronteiras).

Esse tráfego humano, aliás, segue nos dois sentidos; as fronteiras são cruzadas por ambos os lados. A Grã-Bretanha, por exemplo, é hoje um país de *imigração* (ainda que os sucessivos secretários do Interior percam as estribейras para mostrar seus esforços em criar novas barreiras e conter o afluxo de estrangeiros). Mas, por outro lado, de acordo com os últimos cálculos, qua-

se um milhão e meio de britânicos nativos estão estabelecidos na Austrália; quase um milhão na Espanha; algumas centenas de milhares na Nigéria; há até uma dúzia na Coreia do Norte. O mesmo se aplica a França, Alemanha, Polônia, Irlanda, Itália, Espanha. Em uma medida ou outra, aplica-se a qualquer território do planeta que seja limitado por uma fronteira, com exceção de pouquíssimos enclaves totalitários remanescentes, que ainda lançam mão de anacrônicas técnicas panópticas, mais projetadas para manter os internos (cidadãos do Estado) *dentro* das muralhas (fronteiras do Estado) do que para conservar os estrangeiros *do lado de fora*.

A população de qualquer país, hoje, é uma coleção das diásporas. Qualquer cidade de dimensões consideráveis é agora um agregado de enclaves étnicos, religiosos e de estilo de vida, cuja linha divisória entre insiders e outsiders se torna uma questão ferrenhamente discutida; ao passo que o direito de traçar essa linha, de mantê-la intacta e torná-la inexpugnável se transformou no principal elemento de disputa nos conflitos sobre a influência e nas batalhas sobre reconhecimento que a eles se seguem. A maioria dos *Estados* deixou sua fase de construção da nação para trás – de modo que não está mais interessada em assimilar os estranhos que chegam (obrigando-os a sair e a perder, por confisco, sua identidade própria, diferente, e se dissolver na massa uniforme dos autóctones); assim, os arranjos da vida contemporânea são susceptíveis a se manterem proteus* e caleidoscópicos, e é provável que os fios com os quais a experiência de vida é tecida se mantenham por longo tempo variados, matizados. Considerando-se tudo o que importa, e por tudo que sabemos, eles podem muito bem se manter para sempre em mutação.

* Desde *Postmodern Ethics* (publicado originalmente no Reino Unido em 1993), Bauman recorre várias vezes ao mito grego de Proteu para cunhar termos relacionados à ideia de algo ser capaz de assumir diferentes formas (ele chega a falar, por exemplo, em uma *proteofobia*). A metáfora vem do nome do filho de dois titãs, que tinha o poder da premonição e o usava para atrair os homens, mas, diante deles, tomava sempre outra forma, podendo assumir a que desejasse. (N.T.)

Todos agora somos, ou logo nos tornaremos, as vespas do Panamá. Porém, mais precisamente, coube àquela porção de vespas entrar para a história como a primeira entidade social à qual o quadro cognitivo emergente, precoce (ainda à espera de ser reconhecido e endossado), foi aplicado; um quadro derivado de nossa nova experiência acerca de uma configuração de convivência humana progressiva e sempre matizada, do caráter fundível da linha de separação entre o dentro e o fora, e da prática cotidiana de se misturar e ficar ombro a ombro com a diferença.

Immanuel Kant previu, mais de dois séculos atrás, que a concepção, a elaboração e a colocação em prática das regras de hospitalidade mútua deveriam em algum momento se tornar uma necessidade para a espécie humana, já que todos nós habitamos a superfície de um planeta *esférico*. Essa previsão foi agora concretizada. Ou, antes, essa necessidade tornou-se o desafio seminal de nosso tempo, aquele que clama pelas respostas mais urgentes e minuciosamente avaliadas.

Nenhum lugar do planeta será poupado de um confronto cara a cara com esse desafio. Se, de alguma maneira, um deles for isentado da regra universal, isso será apenas por curto período de tempo. O desafio afronta cada direção de só uma vez e, do ponto de vista de qualquer lugar, simultaneamente, ativa tensões e urgências internas e externas. Por mais autoconfiante que possa ou finja estar, e por mais recursos que apresente, cada enclave territorial soberano do planeta está fadado a ser arrastado para baixo pela magnitude total do desafio global; mais cedo ou mais tarde perderá sua batalha defensiva (caso empreenda essa batalha sozinho, como na maioria das vezes, recorrendo apenas às fontes disponíveis e às medidas viáveis no seu interior). Ao mesmo tempo, hoje é notória a ausência de um centro planetário dotado de autoridade total, que pudesse definir as regras para uma aliança universal, orientada para dar uma resposta adequada a esse desafio, e que pudesse tornar essas regras universalmente efetivas.

A composição de mais de duas centenas de “unidades soberanas” no mapa político do planeta lembra cada vez mais aquela dos ninhos de 33 vespas pesquisados pela expedição da Socie-

dade Zoológica de Londres. Ao tentar dar sentido ao presente estado de coabitação humana, poderíamos fazer pior que tomar emprestados os modelos e as categorias que os pesquisadores do Panamá foram obrigados a mobilizar para dar significado às suas descobertas. Na verdade, nenhum dos ninhos que investigaram tinha os meios para manter suas fronteiras impermeáveis, e cada um se viu obrigado a aceitar as permanentes trocas em sua população. Ao mesmo tempo, cada qual parecia administrar muito bem a situação, dadas as circunstâncias: absorveram os recém-chegados sem atrito e não sofreram qualquer avaria por conta da saída de alguns moradores. Além disso, não havia nada em vista que mesmo remotamente lembrasse uma “central dos insetos” capaz de regular o trânsito desses seres – ou, nesse sentido, promover qualquer outra coisa parecida com uma regulação. Cada ninho teve de lidar com as tarefas da vida mais ou menos por conta própria, embora seja provável que suas altas taxas de “rotatividade de pessoal” tenham assegurado que o know-how adquirido por qualquer colônia pudesse viajar livremente, e que de fato o fizesse, contribuindo para a bem-sucedida sobrevivência de todos os outros ninhos.

Além disso, os pesquisadores parecem, antes de tudo, não ter encontrado evidências de guerras entre ninhos. Em segundo lugar, eles descobriram que o fluxo de “quadros funcionais” entre colmeias parecia compensado pelos excessos ou déficits populacionais localmente produzidos. Terceiro, perceberam que a coordenação e a cooperação indireta entre os insetos sociais do Panamá, ao que parece, eram sustentadas sem nenhuma coação ou propaganda, sem oficiais de comando ou quartéis-generais à vista, ou seja, sem um *centro*. Quer admitamos ou não, quer apreciemos ou temamos – nós, seres humanos espalhados entre mais de duas centenas de unidades soberanas conhecidas como Estados –, também conseguimos já há algum tempo viver sem um centro, embora essa ausência de um poder global claro, incontestado e de autoridade inquestionável gere, para os poderosos e os soberbos, uma constante tentação de buscar, eles próprios, preencher esse vazio.